

Análise econômico-política da violência sexual nos conflitos da República Democrática do Congo

Economic-Political Analysis of Sexual Violence in the Conflicts of the Democratic Republic of the Congo

Análisis Económico-Político de la Violencia Sexual en los Conflictos de la República Democrática del Congo

Jade Cassius Araujo¹
Talita Soares de Andrade²

Recebido: 22 de Setembro de 2023
Aprovado: 05 de Agosto de 2024.

RESUMO

O artigo avalia a violência sexual nos conflitos vigentes na República Democrática do Congo a partir de uma abordagem da economia política, analisando o capitalismo, o extrativismo mineral e o imperialismo como mecanismos de influência sobre a violência sexual na RDC. Para tanto, a pesquisa faz um aparato histórico e compara perspectivas de gênero, pós-coloniais e africanas sobre as variáveis atuantes no país, relacionando e criticando as interpretações teóricas supracitadas. Por fim, observa os aspectos econômico-políticos como influenciadores da violência sexual nos conflitos e denuncia epistemologias ocidentais que generalizam as relações de gênero de contextos não-ocidentais e terceiro-mundistas.

Palavras-chave: Guerra; República Democrática do Congo; Economia Política; Violência Sexual; Matriarcado; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

The article evaluates sexual violence in the ongoing conflicts in the Democratic Republic of the Congo from a political economy approach, analyzing capitalism, mineral extraction, and imperialism as mechanisms influencing sexual violence in the DRC. To this end, the research provides a historical overview and compares gender, postcolonial, and African perspectives on the variables at play in the country, relating and criticizing the aforementioned theoretical interpretations. Finally, it observes the economic-political aspects as influencers of sexual violence in the conflicts and denounces Western

1. Graduada em Relações Internacionais e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás; Contato: jadecassius.jc@gmail.com.

2. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás; Contato: talitasoares.st@gmail.com.

epistemologies that generalize gender relations in non-Western and Third World contexts.

Keywords: War. Democratic Republic of the Congo; Political Economy; Sexual Violence; Matriarchy; Postcolonialism.

RESUMEN

El artículo evalúa la violencia sexual en los conflictos vigentes en la República Democrática del Congo desde un enfoque de la economía política, analizando el capitalismo, el extractivismo mineral y el imperialismo como mecanismos de influencia sobre la violencia sexual en la RDC. Para ello, la

investigación hace un marco histórico y compara perspectivas de género, postcoloniales y africanas sobre las variables actuantes en el país, relacionando y criticando las interpretaciones teóricas mencionadas. Finalmente, observa los aspectos económico-políticos como influenciadores de la violencia sexual en los conflictos y denuncia epistemologías occidentales que generalizan las relaciones de género en contextos no occidentales y del Tercer Mundo.

Palabras clave: Guerra. República Democrática del Congo; Economía Política; Violencia Sexual; Matriarcado; Postcolonialismo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo fará uma análise econômico-política da guerra e da violência sexual nos atuais conflitos na República Democrática do Congo (RDC). A pesquisa busca entender como a violência sexual na RDC pode ser trabalhada a partir de uma perspectiva econômico-política centrada em epistemologias africanas. Para tanto, terá como enfoque uma abordagem que considere as nuances do capitalismo, do extrativismo mineral, do imperialismo e das questões de gênero na interpretação dos conflitos da região e como esses temas influenciam a questão da violência sexual.

A metodologia da pesquisa é qualitativa, considerando a impossibilidade deste arcabouço teórico ser analisado a partir de uma abordagem quantitativa. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas, como livros e artigos acadêmicos, com foco em abordagens pós-coloniais e africanas sobre gênero, capitalismo, imperialismo e guerra, a partir da análise tríplice de Chioma Oruh (2015), a qual engloba a teoria crítica Africana de Reiland Rabaka, a abordagem do neocolonialismo de Kwame Nkrumah e a visão sobre matriarcado africano de Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume. Além disso, as informações obtidas foram interpretadas a partir de um estudo de caso interpretativo, formando um quadro teórico de associação, correlação e crítica entre teorias pós-coloniais e africanas concernentes ao escopo da pesquisa. Adicionalmente, foram utilizadas abordagens africanas para avaliar e criticar análises feministas ocidentais sobre a violência sexual no Congo e o impacto das

narrativas feministas sobre estupro no Congo, da comercialização deste discurso e da atuação de organizações humanitárias na perpetuação da instabilidade na região e na erosão da agência de atores locais, os quais devem ser fortalecidos a partir de iniciativas locais, matrifoais, cooperativas e nacionalistas. É importante mencionar, por fim, que o termo “Congo” e a sigla “RDC” serão utilizados para se referir à República Democrática do Congo, visando a praticidade.

Para trabalhar essas abordagens, o texto está dividido em três partes teóricas e analíticas. A primeira fornece uma contextualização histórica sobre a República Democrática do Congo, apontando a construção histórica da exploração, da influência de atores externos no país e, ao final, situação de violência sexual e a abordagem econômico-política.

Em sequência, o segundo tópico aprofunda-se na fundamentação teórica, trazendo uma crítica sobre a abordagem feminista ocidental e a interpretação das problemáticas congoleas a partir de uma epistemologia africana, com enfoque em críticas pós-coloniais sobre teoria crítica Africana, neocolonialismo e matriarcado (incluindo os sistemas de produção matrifoais), exploradas a partir do tripé teórico Rabaka-Nkrumah-Diop/Amadiume trabalhado por Oruh (2015).

Por fim, o terceiro tópico relaciona história e teoria ao apontar as conexões entre os fatores econômico-políticos da violência sexual com as abordagens africanas trabalhadas — neste contexto, a atuação do feminismo como meio de perpetuação da hegemonia ocidental, inclusive por intermédio do “ONGuismo”, será criticada em face às possibilidades de resolução e de busca por autonomia sob epistemologias africanas e soluções matrifoais. Dessa maneira, visamos avaliar as compreensões sobre a economia política da guerra, considerando e criticando epistemologias ocidentais e não ocidentais (pós-coloniais, terceiro-mundistas e africanas) na compreensão do *explanandum*³. Além disso, citamos iniciativas locais que buscam lidar com as questões de conflito e violência sexual na região, a partir de abordagens matrifoais e/ou com perspectivas inclusivas de gênero.

3. Cenário a ser estudado.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O CONGO

Chioma Oruh (2015) destaca que o maior problema que envolve o Congo é o colonialismo. As mazelas da região — guerra, corrupção, instabilidades, exploração — são consequências da condição de colonialismo clássico e, posteriormente, neocolonialismo. No centro deste problema, estão Estados estrangeiros do Norte Global e Estados fronteiriços que perpetuam o cenário de instabilidade. Vários conceitos devem ser (e serão, no próximo tópico) compreendidos para entender a profundidade dos problemas no país, mas este momento será reservado para a compreensão histórica.

A RDC tem um longo passado colonial, perpetrado pelo rei belga Leopoldo II de 1877 a 1908 e, posteriormente, pelo Reino da Bélgica até 1960, no qual o extrativismo representou um papel central nas relações econômico-políticas do Estado e da sociedade. As consequências da colonização e da exploração dos recursos nativos — como borracha, marfim e ouro —, por meio da opressão, massacre, estupro e servidão dos nativos, reverberam até os dias atuais. Esse legado histórico de violência e extrativismo perpetuou um cenário de exploração que continua a se manifestar nas décadas pós-independência, com atores militares, paramilitares, políticos e econômicos aproveitando-se de instabilidades regionais para explorar o país (Silva, 2012). Assim, a busca incansável serviu e serve como mecanismo de manutenção da instabilidade, por financiar e incentivar conflitos (Malomalo, 2019).

Após os processos de independência, Mobutu Sese Seko chegou ao poder no Congo e instaurou um governo autocrático que durou mais de 30 anos. As bases deste governo foram lançadas sobre a exploração dos minérios do país, incluindo-o cada vez mais no comércio internacional legal e ilegal dos recursos naturais (Silva, 2012). O poder de Mobutu ruiu em 1997, após a curta Guerra de Libertação que colocou Laurent-Désiré Kabila no poder. Inicialmente, Kabila vendeu direitos de exploração para empresas e atores internacionais, todavia, após medidas protecionistas, limitou o acesso de seus aliados, especialmente Ruanda e Uganda, aos minérios e matéria-prima do território congolês (Prunier, 2009). Estes países se viram desfavorecidos pelas políticas do novo presidente e, como consequência, tentaram realizar um golpe no Congo para destituir Kabila em 1998 (Ribeiro, 2022). Ruanda e Uganda começaram a financiar milícias e grupos paramilitares que lutavam con-

tra o governo congolês, como o grupo rebelde Mai Mai (Banwell, 2020; Prunier, 2009). Iniciou-se, assim, um movimento em cadeia que enriqueceu diversos grupos armados e Estados estrangeiros, transformando uma guerra local em um conflito de alcance quase que continental, o qual ficou conhecido como Guerra Mundial Africana (1998–2003).

Joseph Kabila, filho de Laurent Kabila, chegou ao poder em 2001 após a morte de seu pai (Prunier, 2009). Em 2002, em meio ao aumento das tensões com a entrada no conflito de milícias extra-nacionais de países vizinhos, Joseph Kabila tenta iniciar o processo de paz com os Estados africanos e a comunidade internacional ao propor um acordo que engloba um processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (Silva, 2012). Entretanto, por falta de planejamento adequado, o acordo falha. Apenas em 2003 há uma conclusão para a guerra que vitimou milhões de pessoas, com o Acordo de *Sun City*.

Apesar do fim do conflito, o Congo ainda passa por tensões armadas na região leste do país, abrangendo especialmente as províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Essas tensões são motivadas por questões étnicas, limitações na agência e atuação estatal e pelo quadro da exploração mineral na região, extremamente rica em recursos, como ouro, diamantes, coltan e cobalto (Malomalo, 2019; Silva, 2012). Sobre este último ponto, de maior interesse para a pesquisa, os minérios são fontes importantes de riqueza para as partes envolvidas na guerra (Ribeiro, 2022). Empresas de vários países (como Suíça, EUA, Dinamarca, etc.), além dos diversos grupos e Estados envolvidos com os conflitos na região, fazem parte dessa rede de comércio mineral (Silva, 2012). Esse contexto ilumina a problemática das relações neocoloniais sobre o Congo, que será trabalhada nos próximos tópicos, e como, em virtude da exploração capitalista, a violência sexual contra mulheres é perpetuada.

É a partir dessa contextualização que o artigo utiliza uma abordagem econômico-política. O cenário de exploração no Congo representa uma conjuntura de capitalismo, na qual o acesso a recursos minerais e, conseqüentemente, o lucro, atuam como objetivos a serem alcançados a qualquer custo, inclusive por meio da violência. A violência, incluindo a violência sexual, é utilizada como meio de se alcançar objetivos extrativistas no leste da RDC, para que comunidades saiam de seus territórios e abram espaço para

novos locais de extrativismo (Leatherman, 2011; Banwell, 2020). Em virtude destes interesses, a região é marcada por insegurança e instabilidade, uma vez que a busca incessante por riqueza serve para financiar uma guerra que propaga violência contra civis e, no escopo do artigo, mulheres (Leatherman, 2011).

3 TEORIA TRÍPLICE DE ÁFRICA, GÊNERO E NEOCOLONIALIDADE

Várias feministas ocidentais já estudaram as tensões no Congo e a violência sexual relacionados ao quadro econômico-político da região. Diversas fontes acadêmicas abordam a marginalização e vitimização feminina mediante diferentes lentes teóricas. True (2012) destaca as desigualdades econômicas como uma das causas significativas de marginalização e vitimização das mulheres. Leatherman (2011) e Meger (2014) argumentam que a exploração econômica contribui para a perpetuação da violência, enquanto Meger (2014) e True (2012) apontam que a violência pré-existente é exacerbada pelos conflitos em curso. Sjoberg (2013) explora como as relações de poder associadas ao gênero estão interligadas com questões político-econômicas. Além disso, Hearn (2004) discute a acumulação de poder e recursos pelos homens, o exercício de poder e domínio associado à masculinidade, e a associação dos homens com o poder. Essas abordagens são parte de uma compreensão mais ampla da opressão feminina, vista como um resultado de construções econômico-políticas que moldam a estrutura social do gênero (True, 2012). Algumas autoras feministas, inclusive, tratam de perspectivas pós-coloniais em suas análises, entendendo a gravidade dos processos coloniais e suas consequências na atualidade (Banwell, 2020; Leatherman, 2011; Meger, 2014).

Todavia, elas pecam em excluir e ignorar perspectivas sobre gênero que consideram interpretações diversas sobre as relações entre homens e mulheres, além de homogeneizá-las. Desse modo, a crítica direcionada a autoras ocidentais compartilha da mesma raiz: homogeneização. Conforme Mohanty (2017), além de fazer generalizações sobre a situação das mulheres, elas são retratadas como vítimas passivas, incapazes de se mobilizar e efetuar mudanças significativas. Por consequência, apresentam abordagens simplistas para lidar com a questão da violência de gênero, sem considerar a diversidade de contextos sociais e sem analisar as condições espe-

cíficas que poderiam influenciar as estratégias de enfrentamento. Supõe-se que todas as mulheres, vítimas do desenvolvimento econômico liberal, são um grupo coerente e invariável, sem considerar fatores como etnia, classe social, nacionalidade, interesses políticos e aspirações. No mundo real, essa ideia generalista seria inconcebível, pois mulheres são agentes de impacto social, possuem seus próprios objetivos, ideais e pretensões.

Em seguimento, Mohanty (2017) expõe as relações de poder proporcionais à visível marginalização sofrida pelo discurso plural feminista do Terceiro Mundo, reputado como guetos pelos discursos feministas ocidentais. Essa hierarquização está intrinsecamente relacionada aos processos históricos que moldaram a organização pós-colonial global, os quais foram fortemente influenciados pelo legado do colonialismo europeu, neocolonialismo e imperialismo. Diante disso, é essencial avaliar e investigar as consequências dessas influências hegemônicas e ocidentais do Norte Global nas estruturas políticas, sociais e econômicas do Sul Global, bem como na interferência nos padrões atuais de pensamento. Compreender as raízes contemporâneas do imperialismo e colonialismo se torna fundamental para analisar a dinâmica das relações de poder entre o Norte e o Sul Global. Essa análise se estende ao âmbito feminista, onde a predominância das perspectivas do Norte pode ocultar ou negligenciar as vozes e experiências das mulheres do Sul, limitando a diversidade e a abrangência das lutas femininas em escala global (Kerner, 2017).

As interpretações de gênero no contexto africano vão além da binaridade ocidental entre homem e mulher e das relações de opressão entre homens e mulheres (Amadiume, 1997; Malomalo, 2019; Oyěwùmí, 2004). Isso se torna ainda mais delicado no contexto congolês. Oruh (2015) entende que as particularidades dos conflitos no Congo, somadas ao contexto histórico, as relações de capitalismo, colonialismo, neocolonialismo e gênero, demandam uma análise que vai além das abordadas por compreensões feministas. Portanto, para a RDC, é preciso considerar uma perspectiva pós-colonial a partir de uma **epistemologia africana** em âmbito de gênero e de análises econômico-políticas. Para tratar sobre África, neocolonialismo e gênero, Oruh (2015) utiliza uma análise tríplice: Reiland Rabaka como base teórica da teoria crítica Africana, Kwame Nkrumah sobre neocolonialismo, e Cheikh Anta Diop e Ifi

Amadiume para tratar do matriarcado⁴ africano. Além disso, critica o feminismo e outras abordagens ocidentais que tentam tratar sobre questões africanas e congolezas.

A teoria de Reiland Rabaka (2010) serve como uma fundação centrada em estudos africanos para unir cientificamente o neocolonialismo e o matriarcado africano. Para tanto, por meio de uma teoria revolucionária, a teoria crítica Africana visa promover a prática política e ativismo social em nome de uma transformação social radical. Isso por meio do desenvolvimento de uma sociedade 1) ética, 2) igualitária e 3) anti-imperialista, que expressa o que precisa ser mudado, as estratégias e esforços revolucionários para esse fim e os agentes e agências que realizariam essa transformação. Oruh (2015) aponta que, com essa teoria, é possível demonstrar que o feminismo é utilizado para perpetuar uma hegemonia imperialista no Congo por meio de políticas e práticas neocoloniais (Oruh, 2015, p. 11).

Para a autora, o feminismo dominante está intrinsecamente ligado à economia política que rege o trabalho das mulheres no Sul Global. Esta visão sublinha as desigualdades raciais que têm suas origens na escravidão e nas ações coloniais subsequentes do século XX. Em consequência, os homens africanos foram especialmente prejudicados pelo racismo e pelo imperialismo, o que perpetuou um sistema de opressão e exploração. Na ausência de uma análise crítica adequada, os povos do mundo da maioria⁵ enxergam frequentemente o feminismo como um movimento que os divide e contraria seus interesses comuns. Nesse contexto, a incorporação da ideologia feminista na África e em sua diáspora serviu como um recurso para o imperialismo manter sua relevância política, ao utilizar o feminismo para seus próprios fins. O imperialismo emprega a retórica feminista para justificar intervenções políticas e militares, manipular narrativas, criar divisões internas nos movimentos

4. O paradigma do matriarcado, que analisa o matriarcado e o patriarcado africano, é uma tese extensa cuja análise integral não cabe no escopo do artigo, então buscou-se resumir o principal de sua formulação.

5. O termo foi introduzido na década de 1990 pelo fotógrafo e ativista de Bangladesh, Shahidul Alam. Alam enfatizou a necessidade de substituir expressões como “terceiro mundo” ou “mundo em desenvolvimento” pelo conceito de “Maioria Mundial” ou “mundo da maioria”, para refletir de forma mais precisa a realidade da maior parte da população global. Ele afirmou: “Eu não queria ser o terceiro de nada. Certamente não escolhemos vocês (Norte global) para ser o ‘Primeiro Mundo’ e nós para sermos o ‘Terceiro’” (Shafaieh, 2022, tradução livre).

de libertação e deslegitimar críticas, ocultando suas verdadeiras intenções e perpetuando outras formas de opressão e exploração (Oruh, 2015).

Como grande parte das diversas teorias críticas desenvolvidas para apoiar a pesquisa acadêmica, este estudo aplica um método rigoroso não simplesmente destinado a encontrar falhas em um determinado assunto, mas também a transformar e desenvolver “uma sociedade anti-imperialista ética e igualitária” ao (1) apontar aquilo que precisa ser transformado (ou seja, um novo paradigma na compreensão das contradições de gênero fora do feminismo); (2) descrever quais estratégias e táticas podem ser mais úteis na transformação (ou seja, uma revisitação do matriarcado pré-colonial); e (3) articular quais agentes de mudança são capazes de realizar a mudança radical/revolucionária necessária para transformar a vitimização do povo do leste da RDC, com ênfase nas mulheres e meninas como jogadoras-chave na restauração da autonomia econômica (ou seja, descolonização).⁶ (Oruh, 2015, p. 11, tradução livre).

Em seguida, Oruh (2015) parte para a abordagem neocolonial. Conforme Nkrumah (1967), apesar do colonialismo tradicional não ser mais viável em virtude dos processos de independência, o neocolonialismo toma forma como o último estágio da dominação colonial. Isso significa dizer que, apesar de um Estado independente ter teoricamente o domínio de sua soberania, a sua economia — e, conseqüentemente, seu sistema político — é controlada por forças externas. Kwame Nkrumah teria como base de suas ideias o questionamento dos desafios de como descolonizar (Oruh, 2015, p. 13). Para tanto, uma maneira de descolonizar seria por meio da adoção de concepções africanas sobre gênero.

A partir disso, o paradigma do matriarcado africano é trabalhado. Diop (1987) entende por meio desse paradigma o papel feminino central ao trabalho, à riqueza e à herança material (Oruh,

6. Like much of the variety of critical theories developed to support academic research, this study applies a rigorous method not simply aimed at poking holes at a subject matter³⁴ but also to transform and develop “an ethical egalitarian anti-imperial society” by (1) pointing out that which needs to be transformed (i.e. a new paradigm in understanding gender contradictions outside of feminism); (2) describing what strategies and tactics might be most useful in transformation (i.e. a re-visitation of precolonial matriarchy); and (3) articulating which agents of change are capable of carrying out the necessary radical/revolutionary change to transform the victimization of the people of eastern DRC, with emphasis on the women and girls as key players in restoring economic autonomy (i.e. decolonization).

2015). Pioneiro na abordagem, ele define a construção do matriarcado e do patriarcado utilizando uma abordagem histórica sobre disponibilidade de recursos para povos antigos e a produção econômica ligadas ao desenvolvimento de estruturas matriarcais e patriarcais de gênero, chamada Teoria do Berço. Conforme a teoria, as primeiras comunidades humanas surgiram na África Oriental e começaram a migrar para outras regiões e constituir novos povos, com culturas influenciadas pela forma em que viviam. A partir desse processo, houve a separação entre dois polos que delimitaram as construções de gênero: Norte e Sul. O primeiro representava o berço setentrional e fazia referência aos indo-europeus e/ou arianos, e o segundo, o berço meridional, que referenciava as sociedades instaladas na África Oriental.

As sociedades setentrionais migraram para as estepes eurasiáticas, regiões em que eram forçadas a serem nômades em virtude da escassez de recursos para sobrevivência. Com isso, um sistema de comunidades tribais expansionista e motivado a lutar por territórios e recursos emergiu. Surgem, aqui, os ideais de valorização dos guerreiros, da força e da luta, a partir dos quais o homem se torna o protagonista em sua comunidade, enquanto a mulher, sem participação ativa na conquista de recursos, tem papel secundário (Diop, 1987; Jesus, 2016). Por sua vez, as comunidades meridionais se instalaram no vale do Nilo, região fértil e com ampla disposição de recursos. Nessa economia agrícola, a mulher — com participação ativa na produção de sua comunidade — possuía papel primordial e semelhante ao do homem na sobrevivência do grupo, tendo um importante valor econômico e social. Dessa forma, no berço meridional, o matriarcado se desenvolve, com os princípios desta região valorizando a paz e a justiça em detrimento da guerra (Diop, 1987).

Posteriormente criticado e apoiado por outros pensadores africanos, como Amadiume (1997), Oyěwùmí (2004) e Malomalo (2019), um dos pontos centrais na pesquisa de Diop (1987) se refere ao patriarcado africano, que se fortaleceu após a entrada de culturas imperialistas na África, especialmente após a colonização europeia. Depois da assimilação dos preceitos culturais europeus na África, realizada forçadamente pela colonização e pelo imperialismo, os sistemas matriarcais e seus meios de produção — horizontais, comunitários e matrifocais — foram oprimidos e uma conjuntura de patriarcado — tóxica, masculinizada e militarizada — emergiu, o que hoje resulta em conflitos violentos e agressivos

especialmente no que concerne a aspectos de gênero (Amadiume, 1997; Diop, 1987; Malomalo, 2019).

A partir dessa compreensão, Oruh (2015) entende que uma maneira de lidar com as questões relativas às vulnerabilidades de meninas e mulheres no leste do Congo é retornar aos conhecimentos e às políticas fundamentados nos sistemas de produções matriarcais. Sobre esses sistemas, Oruh (2015) aponta Ifi Amadiume como protagonista da base teórica. Conforme Amadiume (1997), o sistema de produção matriarcal, embasado em práticas comunitárias, horizontais e matrifocais, foi, além de oprimido pelos sistemas patriarcais europeus capitalistas, apagado e esquecido de forma deliberada nos estudos sociológicos africanos. Essa unidade de produção era comum — mas de maneira diferenciada — a todas as estruturas sociais tradicionais africanas, sendo suprimida pela chegada do sistema de produção capitalista. Isso harmoniza com a afirmação de Escobar (1995) sobre sistemas nativos de produção, na qual o capitalismo tem como uma de suas características a imposição da epistemologia ocidental de produção sobre as sociedades dominadas, e as unidades produtivas locais, consideradas “camponesas” ou “tradicionais”, são substituídas por uma de viés capitalista.

Nesse sentido, as compreensões de gênero e os sistemas de produção matriarcais foram substituídos por novas estruturas capitalistas, patriarcais, exploratórias e opressoras (Amadiume, 1997). No caso da RDC, o início desse processo pode ser determinado desde o colonialismo de Leopoldo II, rei da Bélgica, no fim do século XIX (Oruh, 2015). A partir da exploração local de recursos, a restrição de direitos femininos sobre a posse de terras e a produção, além dos direitos limitados a elas, os sistemas matriarcais de produção e agricultura foram solapados por uma abordagem capitalista e exploratória da produção, que deliberadamente retirava o valor do trabalho feminino e a posse das terras das mulheres, e os entregava aos homens (Lauro, 2020; Chengu, 2015). Esse cenário se torna ainda mais tangente quando é apontado o papel primordial de mulheres nos processos de produção agrícola no Congo. Durante a década de 1990, a força de trabalho feminina representava aproximadamente 80% da produção agrícola. No entanto, durante a Segunda Guerra do Congo, o país enfrentou uma grave escassez de alimentos, uma vez que as plantações se tornaram áreas inseguras devido aos conflitos armados e à vio-

lência, incluindo a violência sexual, perpetrada contra mulheres (Kisangani, 2012; Prunier, 2009).

Assim, Oruh (2015) entende que as análises sobre o Congo, cuja história foi afetada pela dominação e exploração capitalista, seus sistemas de produção alterados por esta hegemonia e cujas consequências perduram até hoje, devem ser feitas sob uma perspectiva africana, não feminista, sobre gênero e neocolonialismo. Essa tese considera que o feminismo, até mesmo o feminismo negro, falha em compreender de forma aprofundada as consequências do imperialismo e as interpretações de gênero que vão além da binaridade ocidental. Além disso, como supracitado, serve como mecanismo de perpetuação da hegemonia ocidental no país. Como afirma Hountondji (2008), por seu aspecto regional e político, o estudo de África deve “ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento” (Hountondji, 2008, p. 158). Portanto, uma epistemologia africana precisa ser utilizada para se falar sobre o continente e suas especificidades regionais.

4 MATRIFOCALIDADE, ECONOMIA E VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONGO

Antes de relacionar o arcabouço teórico com o problema da violência sexual, uma contextualização é necessária. Hoje, as tensões no leste do Congo são marcadas por diversas nacionalidades atuando de maneira violenta e ilegal na região em nome do lucro, por intermédio da exploração dos recursos minerais congolezes (Meger, 2014; Silva, 2012). Esse extrativismo é algo integral tanto à guerra quanto ao problema da violência sexual (Leatherman, 2011). Forças militares, rebeldes e paramilitares na região lutam entre si para obter o controle da extração mineral, visando o financiamento de suas atividades por meio da inserção no comércio global.

Nesse território, a violência massiva destruiu as infraestruturas necessárias para a vida em comunidade, como escolas, hospitais e habitações (Silva, 2012). Além disso, ao livrar a região de habitantes por meio da agressão, expressa também pela violência sexual, as forças armadas interessadas puderam explorar os recursos minerais disponíveis, como as minas de coltan, ouro e outros minerais, e

realizar parcerias com multinacionais interessadas nestes produtos (Banwell, 2020; Leatherman, 2011). Essas multinacionais fomentam os conflitos e perpetuam as guerras, estabelecendo parcerias com grupos locais, predominantemente as Forças Armadas da RDC (FARDC), milícias e grupos rebeldes, para garantir o acesso às áreas de extração no Congo. Esse cenário é altamente lucrativo para os grupos que controlam as minas, incentivados a manter a violência devido aos benefícios financeiros que ela proporciona (Banwell, 2020). Logo, a relação entre violência sexual e economia política no contexto da RDC se explica pelo uso do estupro como uma ferramenta para facilitar o acesso às zonas de exploração, por meio do afastamento forçado de comunidades das regiões de extrativismo.

Notam-se alguns pontos importantes no aspecto econômico. Conforme Oruh (2015), a história colonial no Congo passou por diversas transformações, mas o controle imperialista sobre a economia persistiu (Oruh, 2015, p. 38) — a autora aponta que isso representa uma história contínua de extorsão. Desde o período colonial, passando pela ditadura de três décadas de Mobutu, pelas guerras da década de 1990, até a atualidade, algo central nas inquietações e conflitos congolezes foi a busca pelos recursos do território. Essa busca, realizada por atores internos e externos, incluindo nações africanas vizinhas, como Ruanda, e multinacionais, limitou a atuação de líderes locais em processos de construção de paz (especialmente na década de 1990) e a agência popular para lidar com as implicações da guerra.

Malomalo (2019) reconhece essa situação como resultado da falta de combate das memórias dos Estados coloniais e escravistas pelos Estados africanos, uma vez que estes governos não conseguem lidar com as crises de suas nações de maneira eficiente. O cenário torna-se ainda mais fragilizado quando a economia da guerra na República Democrática do Congo (RDC) foca na desestabilização da região em nome da exploração capitalista. Este contexto é sustentado por uma complexa rede violenta de comércio mineral que envolve milícias locais, grupos rebeldes, paramilitares e empresas transnacionais (Ribeiro, 2022). Essa estrutura, como meio de alcançar seus objetivos extrativistas, fomenta a violência sexual em massa (Leatherman, 2011). Para além de uma arma, a violência sexual em conflitos se torna uma ferramenta para que o ciclo da competição e exploração capitalista continue se repetindo. O estupro se transforma na base da economia política da violência

nas novas guerras, abrindo espaço para o terror e para novas rotas de comércio paralelo de recursos minerais (Leatherman, 2011).

Além disso, a agência de organismos ocidentais e movimentos feministas com base em nações do Norte Global que “ajudam” a região, o fazem de maneira a perpetuar a dependência e gerar gentrificação local e retorno financeiro aos países ocidentais. Oruh (2015) argumenta que as iniciativas ocidentais — que não consideram as práticas patriarcais de produção para reestruturar uma sociedade a partir de uma base produtiva matrifocal —, as quais chama de “ONGuismo”⁷, postulam práticas econômicas que afetam mais essas comunidades do que as auxiliam, porque não consideram as especificidades das populações congolenses e, muitas vezes, ignoram ou diminuem as razões econômico-políticas neocoloniais da violência sexual.

[...] ONGuismo é uma indústria construída para auxiliar no desenvolvimento enquanto causa subdesenvolvimento; e faz isso criando um ciclo muito difícil de reverter tanto ideologicamente quanto economicamente. No entanto, um retorno ao princípio matrifocal de modo de produção, empoderando as comunidades locais para se auto-organizarem e resolverem a crise em seu próprio interesse, estabelecendo os termos do envolvimento internacional, seria o ideal mais elevado. (Oruh, 2015, p. 110, tradução nossa).⁸

Essas organizações seriam mais um grupo de atores externos que atuam na região e lucram com as mazelas da RDC. Ao utilizar a narrativa moral feminista da violência sexual como uma forma de violência preeminente durante os últimos 20 anos de tensões no Congo (Oruh, 2015, p. 3), criam uma “comercialização do estupro”. Esse fenômeno envolve o uso da narrativa de violência para financiar ONGs e organismos locais, que busariam combater essa agressão, gerando uma dependência que segue padrões coloniais clássicos. Conforme Cohen, Kıpçü e Khanna (2008), o “ONGuismo” representa uma armada de atores não estatais, com grande força global, que substituem governos na ação em regiões assoladas por crises econômicas e securitárias. Como consequência des-

7. Versão traduzida para o português do termo “NGOism”.

8. NGOism is an industry build to aid in development while causing underdevelopment; and doing so by creating a cycle very difficult to reverse both ideologically and economically. However, a return to the matri-focal principle mode of production, empowering the local communities to self-organize and resolve the crisis in their own interest and setting the terms of international involvement would be the highest ideal.

sa substituição, as ONGs assumem o papel estatal em funções essenciais, como saúde, segurança, educação e bem-estar, erodindo a capacidade de Estados de lidar com essas questões, criando um ciclo de dependência e tornando-se os “novos colonialistas” deste século (Cohen; Kùpçü; Khanna, 2008, n.p.). Além disso, a comercialização da narrativa do estupro que financia estes organismos cria uma rede internacional lucrativa de estrangeiros que consubstancia a antiga e constante rede de exploração de recursos minerais congolezes, e o faz ao criar um complexo industrial que assegura a presença de atores externos no Congo. Esses atores criam redes de comércio e turismo ao agirem na região, e promovem soluções embasadas no mercado e em abordagens ocidentais para recuperação econômica das vítimas da guerra (Oruh, 2015).

Dessa maneira, o que pode se inferir sobre a violência sexual no leste do Congo, e da violência na totalidade da história do país, é a raiz profunda na exploração neocolonial e capitalista. O interesse nos riquíssimos recursos naturais/minerais da RDC por parte de atores do Norte Global e, também, da vizinhança centro-africana chancela o quadro contínuo de tensões. Além disso, as ditas soluções levantadas por agentes humanitários cuja interpretação do problema do estupro no Congo parte de uma epistemologia ocidental e da mercantilização da violência sexual servem como mecanismo de perpetuação desta mazela e da neocolonialidade.

Em contrapartida, a partir de resoluções matrifocais para a questão da violência sexual, pode-se buscar uma abordagem mais adequada e sensível ao contexto local, que valorize e integre as práticas culturais e sociais das comunidades congolezas. As práticas matrifocais, que enfatizam a centralidade das mulheres e das estruturas comunitárias baseadas na igualdade e na cooperação, oferecem um modelo alternativo que poderia promover uma verdadeira transformação social e econômica na região (Oruh, 2015). Desse modo, Justine Masika Bihamba, conhecida como Madame Justine, uma das mil mulheres propostas para o Prêmio Nobel da Paz em 2005, lidera uma coalizão de mulheres que, embora não se defina como feminista, tem em vista estabelecer alianças globais e regionais para obter poder político, utilizando empréstimos condicionados como estratégia. Sua abordagem visa a recuperação do poder que o colonialismo subtraiu da África, promovendo a aliança e a cooperação entre homens e mulheres. Essa perspectiva, fundamentada em princípios de nacionalismo, oferece uma alternativa

que a ideologia feminista tradicional muitas vezes não contempla (Oruh, 2015, p.181).

Em suas intervenções sociais, Madame Justine inicia seus agradecimentos aos homens presentes, reconhecendo seu papel e colaboração com as mulheres. Esse gesto ressalta a complexidade da masculinidade africana. Embora o feminismo hegemônico enfoque frequentemente a “brutalidade intrínseca aos homens africanos” no contexto da crise do estupro na RDC, uma perspectiva alternativa e autêntica é apresentada por mulheres africanas (Oruh, 2015). Esta perspectiva valoriza a liderança positiva, segura e revolucionária — seguindo ideais de Rabaka (2010) —, exemplificada pelos líderes dos movimentos de independência anticoloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. De Nkrumah a Lumumba, passando por Cabral e Sankara, a liderança desses homens enunciava maior destaque ao papel das mulheres africanas 1) nos esforços de libertação nacional, 2) na articulação acerca da restauração da autoridade econômica das mães, particularmente na África rural, e, por fim, 3) em nunca subestimar a ameaça que o capitalismo monopolista representa ao minar todos os meios existentes e potenciais para melhorar as condições dos estados recém-liberados por meio do neocolonialismo. Notavelmente, muitos desses líderes depostos, como Patrice Lumumba (Bouwer, 2010), tinham políticas progressistas em relação à participação das mulheres no projeto de libertação nacional na África (Oruh, 2015).

Oruh (2010) também sublinha a urgência de uma identificação nacional que integre a participação ativa das mulheres no projeto de construção da nação, a qual Madame Justine considerou como uma prioridade essencial. Baseando-se na experiência das mulheres na Libéria e no seu engajamento abrangente, que superou divisões religiosas e de classe, Madame Justine defendeu a implementação de estratégias similares na RDC. Adicionalmente, ela promoveu o conceito de organização de gênero duplo, envolvendo homens sobreviventes e incentivando sua participação nas atividades de sensibilização (Oruh, 2015).

Nesse viés, Madame Justine e os líderes da SFVS, ou *Synergie des Femmes pour les Victimes des Violences Sexuelles* (Sinergia das Mulheres para as Vítimas de Violência Sexual), uma organização de mulheres que trata dos direitos femininos e daquelas vítimas de violência sexual com base em Kivu do Norte (OMCT, 2024), se destacam na preservação dos valores matrifocais. O conceito de

“matrifocal” refere-se a uma estrutura social onde as mulheres desempenham um papel central, particularmente na organização da família e na administração comunitária. Em tais sistemas, as mulheres, especialmente as mães, têm um papel proeminente na vida social e econômica, evidenciado pela sua influência na gestão dos recursos econômicos, no cuidado e na educação das crianças, e na mediação de conflitos (Amadiume, 1997; Oyèwùmí, 2004). A organização comunitária é guiada por valores que reconhecem a importância das mulheres na manutenção e transmissão das normas culturais e sociais. Madame Justine e a SFVS exemplificam esse compromisso ao integrar mulheres rurais como parceiras no trabalho, superando as divisões que a “femocracia”⁹ pode criar em outros contextos políticos. Embora existam diferenças de classe, essas disparidades não parecem afetar negativamente a colaboração em prol de objetivos comuns voltados para a assistência aos pobres e marginalizados (Oruh, 2015).

Outra organização criada por mulheres congoleesas, que mostra a importância da agência de iniciativas populares regionais é o Movimento das/os¹⁰ Sobreviventes de Violência e Violências Sexuais na RDC. Fundado em 2017 por sobreviventes congoleesas de violência sexual e com estrutura de gestão e comissão organizadora composta 100% por estas sobreviventes, o movimento busca se expressar na luta contra a agressão sexual no Congo, com enfoque no leste do país, especialmente nas províncias de Nord e Sud Kivu (Mouvement des survivant.e.s, 2017a; 2017c). Entre suas iniciativas, destacamos as campanhas de conscientização realizadas em meio à sociedade civil (em escolas, igrejas, comunidades, por exemplo), as ações de *advocacy* pelos direitos das sobreviventes feitas às autoridades nacionais, a assistência a vítimas, a cooperação com movimentos de sobreviventes de outros países, como Iraque, Coreia do Sul, Guiné-Conacri, Uganda, Burundi, entre outras (Mouvement des survivant.e.s, 2017b).

Além dela, para demonstrar a força da cooperação entre homens e mulheres congoleeses, há a Fundação Mukwege. Ela foi criada em 2016 pelo Dr. Denis Mukwege, ginecologista congolês e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, visando acabar com a violência sexual

9. Domínio exclusivamente feminino.

10. Os artigos estão em feminino e masculino, considerando a tradução do francês (dos/das: des) e reconhecendo que as vítimas tanto de violência quanto de violência sexual do conflito são homens e mulheres.

em conflitos ao redor do mundo (Mukwege Foundation, 2023). O foco da iniciativa é tratar sobreviventes de violência sexual utilizada como arma de guerra, por meio de cuidados holísticos e compensação para incentivar a reconstrução da vida das sobreviventes. Adicionalmente, desenvolve projetos internacionais de *advocacy* e campanhas globais, visando uma mudança sistêmica contra a violência sexual. A fundação se inspira no trabalho de Mukwege e no hospital Panzi, onde ele atua (Mukwege Foundation, 2023).

Ademais, há a Fundação Panzi, irmã da Fundação Mukwege. Foi criada em 2008 por Mukwege, para dar suporte holístico a vítimas de violência sexual e a mulheres com problemas ginecológicos atendidas pelo hospital de mesmo nome (Panzi Foundation, 2021b). Outrossim, a fundação promove diversas iniciativas para combater a violência sexual na RDC e oferece auxílio às vítimas de estupro. Entre essas iniciativas estão treinamentos de empreendedorismo, clínicas móveis, assistência socioeconômica a comunidades afetadas pela mineração, promoção de políticas e regulamentações responsáveis no setor, educação para sobreviventes e seus filhos, entre outras (Panzi Foundation, 2021a). Entretanto, destaca-se que uma abordagem política dessas iniciativas, representada pela SFVS com Madame Justine, é necessária para complementar os trabalhos existentes, afirmando a representação matrifocal (Oruh, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da situação na República Democrática do Congo revela uma complexa interdependência entre exploração econômica, neocolonialismo e violência. O legado colonial, caracterizado pela exploração dos recursos sob o domínio de Leopoldo II e do Reino da Bélgica, estabeleceu uma base para a perpetuação de instabilidade e saque, que continua até os dias atuais, alimentada por atores tanto internos quanto externos. A incessante busca por minerais como coltan e ouro tem exacerbado conflitos e violência sexual, transformando esses crimes em instrumentos de controle das áreas de exploração e de financiamento das atividades dos grupos armados. Nesse contexto, o feminismo ocidental, desconsiderando frequentemente as especificidades culturais e históricas africanas, revela-se inadequado para abordar as complexas dinâmicas de opressão e violência enfrentadas pelas mulheres congoleesas.

A crítica de Oruh (2015) sublinha a necessidade de uma reavaliação das abordagens feministas convencionais, sugerindo uma perspectiva mais coerente com as realidades africanas e o matriarcado pré-colonial. O conceito de “ONGuismo” demonstra como as intervenções ocidentais, em vez de mitigar a situação, podem intensificar a dependência e a marginalização local. A teoria crítica Africana de Rabaka, o neocolonialismo de Nkrumah, e o matriarcado de Diop e Amadiume, com seu enfoque na descolonização e na valorização dos sistemas matriarcais, oferecem uma alternativa promissora para a transformação social e para o enfrentamento das crises contemporâneas na RDC.

Portanto, para abordar de maneira efetiva a violência sexual e outras formas de opressão nessa região, é imperativo adotar uma perspectiva que reconheça a influência do neocolonialismo e as dinâmicas de poder globais, ao mesmo tempo, em que promove soluções alinhadas com as práticas e epistemologias locais. A integração de uma epistemologia africana e a valorização das práticas matrifocais podem contribuir para uma abordagem mais eficaz e justa, visando a restauração da autonomia e da dignidade das comunidades congoleesas.

Em suma, as resoluções matrifocais oferecem uma abordagem promissora para enfrentar a violência sexual na RDC, ao valorizarem e integrarem as práticas culturais e sociais das comunidades congoleesas. Essas resoluções enfatizam a centralidade das mulheres e as estruturas comunitárias baseadas na igualdade e cooperação, promovendo uma verdadeira transformação social e econômica. Madame Justine Masika Bihamba exemplifica essa abordagem, liderando uma coalizão de mulheres que busca alianças globais e regionais para recuperar o poder subtraído pelo colonialismo, promovendo a cooperação entre homens e mulheres. Essa perspectiva nacionalista, que muitas vezes não é contemplada pela ideologia feminista tradicional, destaca a importância de estratégias políticas locais para complementar as iniciativas existentes, como as desenvolvidas pela Fundação Mukwege e pela Fundação Panzi. Portanto, ao adotar práticas matrifocais, é possível criar soluções mais eficazes e sensíveis ao contexto local, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa na RDC.

Em conclusão, a relevância acadêmica deste estudo reside em sua capacidade de enriquecer o debate sobre colonialismo, neocolonialismo e gênero, proporcionando novas perspectivas teóricas e

práticas para a abordagem e resolução das crises enfrentadas pela República Democrática do Congo. Ao oferecer uma análise crítica e uma reavaliação das abordagens existentes, o trabalho contribui significativamente para o desenvolvimento de estratégias mais contextualizadas e eficazes para a promoção da paz e da justiça social na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADIUME, Ifi. **Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. London: Zed Books, 1997.

BANWELL, Stacy. Chapter 2: Conflict-related Sexual Violence in the DRC. In: BANWELL,

Stacy. **Gender and the Violence(s) of War and Armed Conflict: More Dangerous to be a**

Woman? United Kingdom: Emerald Publishing Limited, 2020, p. 43-63.

BOUWER, Karen. **Gender and Decolonization in the Congo: The Legacy of Patrice Lumumba**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

CHENGU, Garikai. The Capitalist Origins of the Oppression of African Women. **CounterPunch**, 2015. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2015/03/06/the-capitalist-origins-of-the-oppression-of-african-women/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

COHEN, Michael; KÜPÇÜ, Maria F.; KHANNA, Parag. The New Colonialists. **Foreign Policy**, 2008. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-new-colonialists/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

DIOP, Cheikh Anta. **A Unidade Cultural da África Negra**: esferas do matriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica. Edições Mulemba: Luanda, 1987, 2. Ed., p. 25-50.

HEARN, Jeff. **From Hegemonic Masculinity to the Hegemony of Men**. *Feminist Theory*, v. 5, n. 1, p. 49-72, 2004.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, 2008.

JESUS, Jorge Henrique Almeida. **O Despertar da África**: As ideias historiográficas e políticas de Cheikh Anta Diop. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

KERNER, Ina. **Relations of difference: Power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories**. *Current Sociology*, v. 65, n. 6, p. 846-866, 2017.

KISANGANI, Emizet François. **Civil Wars in the Democratic Republic of Congo, 1960-2010**. London: Lynne Rienner Publishers, 2012.

LAURO, Amandine. Women in the Democratic Republic of Congo. **Oxford University Press USA**, 2020.

LEATHERMAN, Janie L. **Sexual Violence and Armed Conflict**. Cambridge: Polity, 2011.

MALOMALO, Bas'Ille. Fronteiras De Violências Nos Corpos Das Mulheres Na República Democrática do Congo. **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 1, p. 29-46, 2019.

MEGER, Sara. Toward a Feminist Political Economy of Wartime Sexual Violence. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 3, p. 416-434, 2014. DOI: 10.1080/14616742.2014.941253.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais**. Tradução de Maria Isabel de Castro Lima. In: BRANDÃO, Izabel (org.) *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas* (1984). Florianópolis, EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017a. L'Equipe. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/lequipe.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017b. Nos Activites. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/activiteacutes.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017c. Página inicial. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MUKWEGE FOUNDATION. **Our Mission**. Mukwege Foundation, 2023. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/the-mission-of-the-dr-denis-mukwege-foundation/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MUKWEGE, Denis. **Le Discours de Lauréat Du Prix Nobel 2018 Denis Mukwege**. Mukwege Foundation, 2018. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/discours-prix-nobel-de-la-paix-2018-denis-mukwege/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

OMCT. **Synergie des Femmes pour les Victimes des Violences Sexuelles (SFVS)**. OMCT, s.d. Disponível em: <https://www.omct.org/fr/membres-du-reseau/synergie-des-femmes-pour-les-victimes-des-violences-sexuelles-sfvs>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ORUH, Chioma Mary. **Imperialism, Rape and the Congo Predicament**. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Howard University, Washington, D.C., 2015.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric*

Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms.** CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PANZI FOUNDATION. **Panzi Foundation**, 2021a. Our Initiatives. Disponível em: <https://panzifoundation.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PANZI FOUNDATION. **Panzi Foundation**, 2021b. Página Inicial. Disponível em: <https://panzifoundation.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PRUNIER, Gérard. **Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe.** New York: Oxford University Press, 2009.

RABAKA, Reiland. **Africana Critical Theory: Reconstructing The Black Radical Tradition, From W. E. B. Du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral.** Lanham: Lexington Books, 2010.

RIBEIRO, Paula Fleck. **Estupro Como Estratégia De Guerra: A Experiência Da República Democrática do Congo.** Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Curitiba: Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba, 2022.

SHAFAlEH, Charles. Shahidul Alam on the Majority World. **Harvard Design Magazine**, 2022. Disponível em: <https://www.harvarddesignmagazine.org/articles/shahidul-alam-on-the-majority-world/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Igor C. **Congo: A Guerra Mundial Africana.** 1ª edição. Porto Alegre, RS: Editora Leitura XXI / CEBRAFRICA, 2012.

SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War.** [s.l.]: Columbia University Press, 2013.

TRUE, Jacqui. **Old and New Tactics of War: Sexual Violence in Armed Conflict.** Pp. 145-168. Cap. 7. In: "The Political Economy of Violence against Women". Oxford University Press, 2012.